



JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
PRESIDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (AGEST)  
ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE PROJETOS (ECP)

## RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO DA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2016



BRASÍLIA/DF

6 de maio de 2016

## **Coordenação**

Sergio Peinado Mingorance

Assessor de Gestão Estratégica

## **Elaboração e Diagramação**

Escritório Corporativo de Projetos da JMU:

Arlete Alves Machado Rodrigues

Márcio Lourenne Ramos

Priscylla Souza Sá

Ingrid Vellenich

Superior Tribunal Militar (STM)

Assessoria de Gestão Estratégica (AGEST)

Setor de Autarquias Sul – Praça dos Tribunais Superiores – Edifício-Sede – 7º Andar

CEP: 70098-900

Telefones: (61) 3313-9405/3313-9492

E-mail: [agest@stm.jus.br](mailto:agest@stm.jus.br)



## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....  | 4  |
| 1.1. DOCUMENTAÇÃO.....  | 4  |
| 1.2. COMPOSIÇÃO.....  | 4  |
| 1.3. PAUTA DA REUNIÃO .....   | 5  |
| 2. REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA .....                           | 5  |
| 2.1. ABERTURA DA RAE .....  | 5  |
| 2.2. PRIMEIRA INSTÂNCIA .....                                       | 6  |
| 2.3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....                                  | 8  |
| 2.4. ORÇAMENTO.....   | 10 |
| 2.5. PROJETO “GESTÃO DE PROCESSOS” – SECIN.....                     | 14 |
| 2.5. MAPAS TÁTICOS DAS UNIDADES.....                                | 16 |
| 2.6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....                   | 20 |
| 2.7. ENCERRAMENTO DA RAE.....                                       | 25 |
| 3. PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA .....                        | 26 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                       | 27 |
| 4.1. ORÇAMENTO X PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....                     | 27 |
| 4.2. GESTÃO POR PROCESSOS .....                                     | 27 |
| 4.3. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO - PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA..... | 27 |
| 4.4. REDE DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO .....             | 28 |

## RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO DA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2016

### 1. INTRODUÇÃO

A Reunião de Análise da Estratégia – RAE está prevista na Resolução nº 186, de 24 de outubro de 2012, que aprovou o Planejamento Estratégico da JMU, e no Ato Normativo nº 28, de 14 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Comitê-Gestor Estratégico e a Reunião de Análise da Estratégia.

A 1ª RAE de 2016 foi realizada em seis de maio, no salão nobre do STM, com início às 14hs, e teve como objetivo o monitoramento e a apreciação acerca das ações referentes à execução do Planejamento Estratégico, bem como dos projetos acompanhados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP).<sup>1</sup>

#### 1.1. DOCUMENTAÇÃO

O Comitê Gestor foi convocado por meio do Memorando-Circular nº 0250287/AGEST, de 8/4/2016, e do Ofício nº 0254032/AGEST, de 13/4/2016.

#### 1.2. COMPOSIÇÃO

Presentes ao evento os representantes das seguintes Unidades:

- Presidência do STM
- Auditoria de Correição
- Diretoria-Geral
- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da JMU
- Secretaria Judiciária
- Secretaria do tribunal Pleno
- Secretaria de Planejamento
- Secretaria de Controle Interno
- Secretaria da Presidência
- Secretaria de Segurança
- Secretaria Executiva do Plano de Saúde
- Diretoria de Pessoal
- Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento
- Diretoria de Patrimônio
- Diretoria de Administração
- Diretoria de Finanças
- Diretoria de Tecnologia da Informação
- Assessoria de Serviços de Saúde
- Assessoria de Comunicação
- Ouvidoria

---

<sup>1</sup> Processo SEI nº 007600/16-00.01

### 1.3. PAUTA DA REUNIÃO

| <b>1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2016</b> |  |
|---|--|
| <b>PROGRAMAÇÃO</b>                              |  |
| <b>14:00</b>                                    | <b>Abertura: Ministro-Presidente</b>   |
| <b>14:10</b>                                    | <b>Primeira Instância: Juíza-auditora Corregedora</b>  |
| <b>14:20</b>                                    | <b>Planejamento Estratégico: AGEST</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Retrospectiva</li><li>• Desdobramento do Planejamento – Planos Táticos</li><li>• Ferramenta de Apoio à Governança</li><li>• Cursos EAD sobre Gerência de Projetos</li><li>• Portfólio de Projetos para 2016</li></ul> |
| <b>14:40</b>                                    | <b>Orçamento 2016: SEPLA</b>   |
| <b>14:55</b>                                    | <b>Projeto “Gestão de Processos no Controle Interno”: SECIN</b>  |
| <b>15:05</b>                                    | <b>Planos Táticos: SECIN/DIPES/DIRAD/SEPLA</b>   |
| <b>15:45</b>                                    | <b>INTERVALO</b>   |
| <b>16:00</b>                                    | <b>Tecnologia da Informação e Comunicação: DITIN</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão de TIC</li><li>• Sistema de Acompanhamento e Monitoramento dos Processos Judiciais – SAM</li><li>• Central de Atendimento: DITIN</li></ul>   |
| <b>16:40</b>                                    | <b>Considerações Finais/ Enquete</b>   |
| <b>16:50</b>                                    | <b>Encerramento</b>  |

## 2. REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

### 2.1. ABERTURA DA RAE

O Exmo. Sr. Ministro-Presidente Ten. Brig. Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS iniciou a reunião citando a situação econômico-financeira deste exercício. Informou que no encerramento do ano anterior convocou reunião com o Secretário de Planejamento, o Diretor-Geral e o Secretário de Controle Interno a fim de deliberar sobre as preocupantes expectativas relacionadas às restrições orçamentárias.

Com um corte da ordem de R\$ 47 milhões no orçamento da JMU, afirmou ter sido necessário tomar as seguintes medidas indesejadas:

- Cercar despesas no 1º trimestre;
- Suspende a aquisição de material permanente;
- Restringir viagens;
- Reduzir a contratação de estagiários;
- Reduzir os seminários anuais promovidos pelo ENAJUM de dois para somente um; entre outras.

Informou, ainda, que o crédito para o último trimestre do ano para pagamento de serviços terceirizados foi reduzido.

Dessa forma, encaminhou aos juízes auditores das 19 Auditorias da JMU documentação limitando os gastos neste exercício e informou que, se no 2º semestre houver liberação de recursos, haverá direcionamento para diárias e passagens aéreas das Auditorias, assim como dos gabinetes dos ministros.

Anunciou que a Secretaria de Planejamento conseguiu reaver Restos a Pagar e com esses valores está sendo possível minimizar os efeitos da crise.

O Ministro-Presidente concluiu a abertura do evento citando que essa era a sua atual visão referente à parte administrativa. Em relação à atividade fim, devido à substituição de equipamentos que se encontravam obsoletos no plenário, foi observada melhora na produtividade e na celeridade da atividade judicante.

## **2.2. PRIMEIRA INSTÂNCIA**

A Juíza-Auditora Corregedora da JMU informou que os projetos estratégicos, em execução na primeira instância, têm contado com a participação direta da Auditoria de Correição.

Em relação aos projetos de videoconferência e gravação de audiências, os mesmos estão sendo tratados como um programa, uma vez que as Auditorias solicitaram que tais projetos fossem implantados simultaneamente, por serem complementares.

O projeto de videoconferência já se encontra em fase final de execução, os equipamentos já foram adquiridos e entregues às Auditorias, porém existe a questão de onde será efetivada a videoconferência, se em uma sala própria, o que a maioria das Auditorias não possui, ou se na sala onde acontecem as audiências.<sup>2</sup>

Para o Projeto de Gravação de Audiência, foram recebidas novas informações do CNJ, comunicando que poderá ser disponibilizado programa e equipamentos para a realização da gravação. Essas informações foram repassadas ao Diretor de Tecnologia da Informação que entrou em contato com a Unidade de Tecnologia do CNJ a fim de verificar a possibilidade de compatibilização do sistema da JMU com o do CNJ.

Espera-se que os projetos estejam implantados no final de 2016, para que a JMU tenha condições de cumprir a Meta Nacional do Poder Judiciário específica para a JMU, a qual prevê que um processo seja julgado no prazo máximo de 150 dias. E isso só será possível se forem retiradas as cartas precatórias que são expedidas à justiça comum e à justiça federal.

---

<sup>2</sup> O Tribunal aprovou a Proposta de Resolução que disciplina os processos a serem adotados para a realização de audiências por videoconferência na 14ª Sessão Administrativa (extraordinária), em 17 de maio de 2016.

A Auditoria de Correição forneceu à DITIN um fluxograma, elaborado no software BIZAGI, referente ao PJe. Dessa forma, espera-se que a DITIN incremente o fluxograma como um primeiro passo para a implantação do PJe.

Outro tema de extrema importância, que merece destaque na RAE, é a Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. O Ministro Presidente já assinou o normativo com a criação do comitê gestor que atuará na priorização do primeiro grau. O próximo passo é a eleição dos servidores da JMU que irão integrar o comitê para consecução dos trabalhos.<sup>3</sup>

Outro grande projeto a ser mencionado foi o desenvolvimento do novo SAM, realizado em parceria com a DITIN, com orientação e suporte da Auditoria de Correição, sendo lançado efetivamente em agosto de 2015. Existem ocorrências de problemas pontuais que são relatados à DITIN, a qual tem despendido grandes esforços junto à Auditoria de Correição para solucionar essas disfunções.

Além desses projetos, a primeira instância atua na elaboração de relatórios gerenciais, por meio do levantamento de dados dos processos. Dessa forma, obtém-se uma fotografia da JMU em números. Atualmente, esses relatórios são elaborados, manualmente, na Auditoria de Correição e enviados à AGEST. Destaca-se, neste ponto, a especial atenção da primeira instância da JMU, referente ao atendimento de tais Metas, pois mesmo com todas as dificuldades, as Auditorias atingiram as Metas 1 e 2 do CNJ, julgando mais de 100% das ações.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou uma nova diretriz em 26 de abril de 2016, explicitada na Resolução nº 219, a qual dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. As Auditorias possuem uma grande expectativa, a respeito da implementação desse normativo, pois as Seções Judiciárias de cada Auditoria não foram ativadas, embora prevista na Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998.

Por fim, destaca-se a especial atenção da primeira instância da JMU referente ao atendimento das normas do CNJ para priorização do primeiro grau. Mesmo com todas as dificuldades, as Auditorias atingiram as Metas 1 e 2 do CNJ, julgando mais de 100% das ações.

Após a apresentação da Juíza-Auditora Corregedora, o Ministro-Presidente informou que se encontra na Câmara dos Deputados um projeto de criação de 240 cargos para a JMU. Entretanto, devido à situação econômico-financeira atual e por se tratar de aumento de despesa o projeto encontra-se sobrestado.

---

<sup>3</sup> Ato Normativo nº 178, de 6 de abril de 2016

### 2.3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Após breve retrospectiva do planejamento estratégico, do período de 2012 até 2016, onde foram destacados os projetos realizados e os em andamento, o Assessor da AGEST observou que foi identificada a necessidade de dar um passo a mais na sistemática de planejamento da JMU, procurando realizar o desdobramento da estratégia em ações tático-operacionais - em nível das unidades administrativas da JMU. Faz-se necessário partir do nível estratégico para o nível tático-operacional, elaborando-se os Planos Táticos-Operacionais (PTO) das Unidades Administrativas.

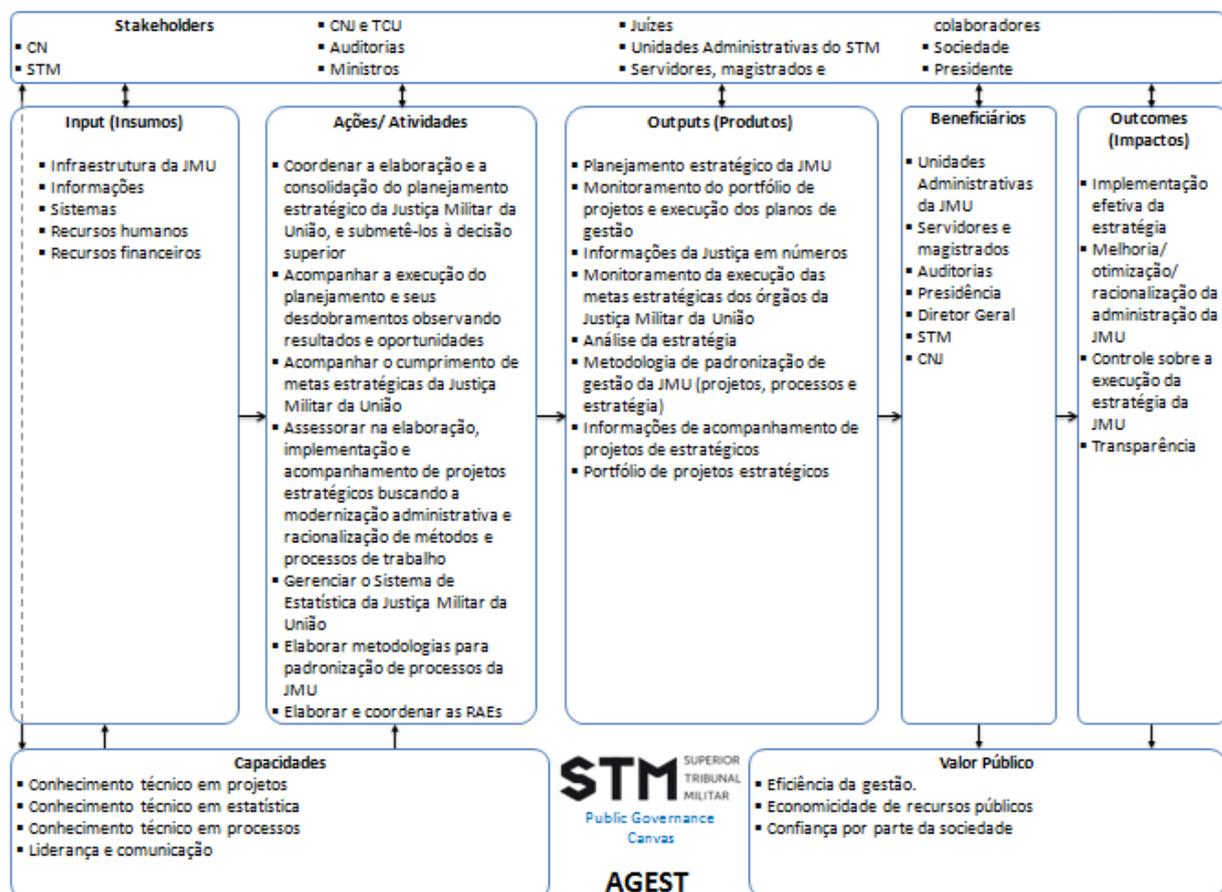
O Plano tático operacional consiste no desdobramento da estratégia, que tem por finalidade especificar de que modo os processos e as ações estratégicas de cada unidade administrativa ajudarão a alcançar os objetivos gerais da organização, a fim de constituir um conjunto de instrumentos para suportar a execução do planejamento estratégico.

Além de promover a cultura do planejamento estratégico, o que é uma das atribuições da AGEST, é preciso exercitar o pensamento estratégico. Assim, foi realizado o desdobramento da estratégia para que cada Unidade perceba a importância do seu trabalho em relação aos objetivos estratégicos, com o consequente alinhamento de suas ações ao planejamento estratégico, para que este não seja visto como responsabilidade somente da AGEST e da alta administração, mas de todos que de alguma forma estão envolvidos direta ou indiretamente.

Com o apoio da DIPES e da DIPAT, foi contratado um curso *in company* do Instituto PUBLIX com o objetivo de ministrar o conteúdo conceitual e auxiliar as unidades participantes na elaboração dos seus planos táticos operacionais. Participaram dessa etapa: DIPES, SECIN, SEPLA, DIRAD, AGEST (como coordenadora) e DITIN (como ouvinte). O curso teve início, em 28 de dezembro de 2015 e conclusão em 15 de abril de 2016, com a realização de 5 oficinas e 2 módulos.

Durante o período de 28/12/2015 a 15/05/2016, essas cinco unidades líderes foram imersas no curso de Planejamento Estratégico com foco no desdobramento da estratégia que culminou na elaboração dos Planos Táticos e Operacionais, salienta-se, que o planejamento tático difere do estratégico por descrever as ações de curto prazo, com horizonte médio de 2 anos (2016-2018), e afetarem parte do ambiente organizacional.

Cada Plano possui painéis de contribuição gerencial, alinhando seus objetivos e metas aos objetivos estratégicos da organização, buscando identificar como sua unidade contribui para a consecução da estratégia acordada no Planejamento Estratégico 2012/2018, tem por base o “Joined-up government” e busca propiciar a formulação, coordenação e implementação de ações estratégicas de forma transversal, envolvendo a organização como um todo, de maneira abrangente e integrada sem, entretanto, eliminar os limites organizacionais existentes, para isso se utilizou da metodologia denominada “CANVAS”. A seguir, o modelo produzido pela AGEST.



Outro importante projeto da AGEST, em plena execução, é a implementação de uma ferramenta de Gestão da Estratégia que irá auxiliar a Administração, os Gestores e os Gerentes de Projetos no gerenciamento de projetos na JMU. No final do ano passado, a AGEST, junto à DITIN, conseguiu delinear as funcionalidades dessa ferramenta e elaborar um projeto básico para contratação da solução de TIC. Foi realizada uma licitação e contratada a ferramenta CHANNEL, um software, uma solução de TIC para a gestão do planejamento estratégico que detém as seguintes funções:

- Acompanhamento da execução da estratégia;
- Controle de indicadores de desempenho e metas institucionais;
- Gerenciamento de projetos;
- Gestão de riscos;
- Automatização de pequenas rotinas de trabalho;
- Gerenciamento de custos ligados a projetos;
- Elaboração de relatórios gerenciais;
- Entre outras.

A ferramenta CHANNEL junto ao QUICK VIEW, que foi um software adquirido e implantado pela DITIN, vai possibilitar um grande avanço em termos de gestão e gerenciamento.

Atualmente, a ferramenta está na fase de parametrização e carga de dados com as informações da JMU. A próxima etapa será o treinamento dos usuários, que deve ocorrer entre agosto e outubro desse ano e, logo após, uma operação assistida com encerramento em novembro.

Em se tratando de projetos, ainda, encontra-se em processo de customização um curso à distância em gerenciamento de projetos cedido pelo STJ, com a finalidade de promover a cultura e as técnicas de gestão de projetos. Estima-se que no segundo semestre o curso estará disponível para todos os servidores da JMU.

Por fim, foi apresentado o portfólio dos projetos estratégicos 2016, aprovado em novembro/2015, assinado pelo Presidente e encaminhado à SEPLA.

A planilha a seguir apresenta os projetos aprovados com os recursos necessários e os recursos que foram alocados após o corte no orçamento sofrido pela JMU.

| PROJETO   | Necessidade Orçamentária em 2016 | Recursos Orçamentários disponibilizados pela SEPLA |
|---|----------------------------------|--|
| Projeto PJE - <b>Comissão Especial GEDAI</b>  | R\$ 100.000,00                   | R\$ 50.000,00                                      |
| Gestão do Planejamento Estratégico – <b>AGEST</b>   | R\$ 160.000,00                   | R\$ 50.000,00                                      |
| Gestão do Conhecimento para o Controle Interno – <b>SECIN</b>   | R\$ 150.000,00                   | R\$ -  |
| Gestão de Pessoas por Competências – <b>DIPES</b>   | R\$ 350.000,00                   | R\$ -  |
| Descrição Documental do Acervo Arquivístico do STM – <b>DIDOC</b>                                     | R\$ -                            | R\$ -  |
| Projeto Repositório Institucional – <b>DIDOC</b>  | R\$ -                            | R\$ -  |
| Aprimoramento da Qualidade de Vida – <b>ASSAU</b>   | R\$ 130.000,00                   | R\$ 125.000,00                                     |
| Padronização Terminológica da JMU (Tesouros) Vocabulário Controlado da JMU – <b>DIDOC</b>             | R\$ 250.000,00                   | R\$ -  |
| Editoração e Revisão de Publicações, Livros e Revistas – <b>DIDOC</b>                                 | Sem custo                        | Sem custo  |
| Política de Gestão do Documental – <b>DIDOC</b>   | Sem custo                        | Sem custo  |
| Gravação de Audiência - <b>1ª Inst.</b>   | R\$ 200.000,00                   | R\$ 200.000,00                                     |
| Videoconferência - <b>1ª Inst.</b>  | R\$ 200.000,00                   | R\$ 100.000,00                                     |
| Escritório Setorial de Projetos – <b>DITIN</b>  | Sem custo                        | sem custo  |
| Padronização de Normas Técnicas – <b>DITIN</b>  | Sem custo                        | sem custo  |
| Modernização do SAM – <b>DITIN</b>  | R\$ -                            | R\$ -  |
| Sistema de Gestão Administrativa (SGA) – <b>DITIN</b> (4 Projetos: <b>SIPOC, SILC, SIOF, e SCI.</b> ) | R\$ 150.000,00                   | R\$ -  |
| Central de Atendimento – <b>DITIN</b>   | R\$ 300.000,00                   | R\$ -  |
| Parque de Digitalização – <b>DITIN</b>  | R\$ 100.000,00                   | R\$ -  |
| Rede de Comunicação – <b>DITIN / 1ª Inst.</b>   | R\$ 407.000,00                   | R\$ -  |
| Modernização do Parque Computacional – <b>DITIN</b>   | R\$ 400.000,00                   | R\$ 50.000,00                                      |
| Armazenamento – <b>DITIN</b>  | R\$ 200.000,00                   | R\$ -  |
| Sala Segura – <b>DITIN</b>  | R\$ 2.000.000,00                 | R\$ -  |
| <b>TOTAL</b>  | <b>R\$ 5.097.000,00</b>          | <b>R\$ 575.000,00</b>                              |

## 2.4. ORÇAMENTO

O Secretário de Planejamento apresentou a ementa dos assuntos tratados na reunião: recomendações, ajustes orçamentários e orçamento 2017.

Em relação ao primeiro tópico, explanou acerca da elaboração do orçamento 2016, quando foi apresentada em plenário uma série de recomendações:

- Manutenção do nível de gasto praticado em 2015 para despesas com **Diárias e Passagens**;
- Não assinatura de **novos contratos**, especialmente, os que produzem reflexos plurianuais;
- Não aquisição de **equipamentos e mobiliários** no exercício de 2016;
- Não execução de **obras e serviços de engenharia**, exceto as de manutenções prediais e reformas decorrentes de risco de vida ou ao patrimônio público;
- Limitação de recursos com **uniformes e material permanente** (equipamento de informática, ar-condicionado, veículos, etc);
- Reavaliação, em março de 2016, pela SEPLA, da programação orçamentária com a finalidade de prover necessidades não atendidas segundo as metas e prioridades definidas pela administração, observados o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e do PLDO/2016.

Quando a JMU elaborou o orçamento, em um primeiro momento, foi levantada uma necessidade de R\$ 484.256.215,00. Com as limitações da SOF, o orçamento de 2016 iniciou-se com um déficit de R\$ 24.877.833,00.

| GRUPO DA DESPESA | LOA 2015 + CRÉDITOS   | NECESSIDADES PARA 2016 | LIMITES SOF           | VARIÇÃO %    |               |               |
|------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|--------------|---------------|---------------|
|                  |                       |                        |                       | (b) / (a)    | (c) / (a)     | (c) / (b)     |
|                  | (a)                   | (b)                    | (c)                   |              |               |               |
| PESSOAL          | 352.042.401,00        | 365.309.799,00         | 355.589.504,00        | 3,77%        | 1,01%         | -2,66%        |
| CUSTEIO          | 96.340.198,00         | 102.269.554,00         | 96.618.548,00         | 6,15%        | 0,29%         | -5,53%        |
| INVESTIMENTO     | 15.895.937,00         | 16.676.862,00          | 7.170.280,00          | 4,91%        | -54,89%       | -57,00%       |
| <b>TOTAL</b>     | <b>464.278.536,00</b> | <b>484.256.215,00</b>  | <b>459.378.332,00</b> | <b>4,30%</b> | <b>-1,06%</b> | <b>-5,14%</b> |

Necessidades – Limites SOF = **24.877.883,00**

Quando o orçamento foi recebido no Congresso, houve mais um corte de R\$ 22.634.033,00.

| GRUPO DA DESPESA    | LOA 2015 + CRÉDITOS   | LIMITES SOF PARA 2016 | LOA 2016              | VARIÇÃO %     |               |               |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|
|                     |                       |                       |                       | (b) / (a)     | (c) / (a)     | (c) / (b)     |
|                     | (a)                   | (b)                   | (c)                   |               |               |               |
| <b>PESSOAL</b>      | 352.042.401,00        | 355.589.504,00        | 355.589.504,00        | 1,01%         | 1,01%         | 0,00%         |
| <b>CUSTEIO</b>      | 96.223.795,00         | 96.618.548,00         | 77.701.949,00         | 0,41%         | -19,25%       | -19,58%       |
| <b>INVESTIMENTO</b> | 17.727.836,00         | 7.170.280,00          | 3.452.836,00          | -59,55%       | -80,52%       | -51,85%       |
| <b>TOTAL</b>        | <b>465.994.032,00</b> | <b>459.378.332,00</b> | <b>436.744.289,00</b> | <b>-1,42%</b> | <b>-6,28%</b> | <b>-4,93%</b> |

Limitação SOF R\$ 24.877.883,00 + Cortes do CN R\$ 22.634.033,00 = **47.511.916,00**

A partir dessas definições, o Ministro Presidente expediu uma série de documentos (Ofícios e Memorandos) para as unidades administrativas do Tribunal e para as Auditorias, informando sobre essas restrições.

O que tem auxiliado no orçamento deste ano é a utilização de Restos a Pagar, para o pagamento de contratos em que esses créditos possam ser utilizados. Contudo, até o presente momento, ainda não há crédito suficiente para pagamento de alguns contratos até o final do ano.

### Acompanhamento da Execução Orçamentária - JMU - 2016

| Grupo Despesa  | Execução Orçamentária - 2016 |                       |                       |                      |                       |               |  |
|----------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|---------------|--|
|                | DOTACAO INICIAL              | DOTACAO ATUALIZADA    | CREDITO DISPONIVEL    | EMPENHADO A LIQUIDAR | LIQUIDADO             | % Liquidado   |  |
| 1 PESSOAL      | 355.589.504,00               | 355.589.504,00        | 232.063.072,07        | 2.440.440,62         | 121.085.991,31        | 34,05%        |  |
| 3 CUSTEIO      | 77.701.949,00                | 77.701.949,00         | 44.990.805,34         | 17.545.352,20        | 15.091.968,46         | 19,42%        |  |
| 4 INVESTIMENTO | 3.452.836,00                 | 3.452.836,00          | 3.316.849,43          | 81.709,99            | 54.276,58             | 1,57%         |  |
| <b>Total</b>   | <b>436.744.289,00</b>        | <b>436.744.289,00</b> | <b>280.370.726,84</b> | <b>20.067.502,81</b> | <b>136.232.236,35</b> | <b>31,19%</b> |  |

### Acompanhamento da Execução por Categoria de Gasto - JMU - 2016

| Grupo Despesa   | 2016                  | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - EXECUÇÃO EM 2016 |                     |                   |                      |                      |                      |
|-----------------|-----------------------|---|---------------------|-------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                 | DESPESAS LIQUIDADAS   | INSCRITOS   | REINSCRITOS         | CANCELADOS        | LIQUIDADOS           | PAGOS                | A PAGAR              |
| 1 PESSOAL       | 121.085.991,31        | 3.528.802,72                                      | 6.061,92            |                   | 1.098.740,66         | 1.098.422,48         | 2.436.442,16         |
| 3 CUSTEIO       | 15.091.968,46         | 17.247.718,08                                     | 2.108.577,22        | 346.177,43        | 10.280.420,47        | 10.216.316,28        | 8.793.801,59         |
| 4 INVESTIMENTOS | 54.276,58             | 3.455.399,93                                      | 6.178.428,92        | 15.204,54         | 2.188.697,78         | 2.171.854,44         | 7.446.769,87         |
| <b>Total</b>    | <b>136.232.236,35</b> | <b>24.231.920,73</b>                              | <b>8.293.068,06</b> | <b>361.381,97</b> | <b>13.567.858,91</b> | <b>13.486.593,20</b> | <b>18.677.013,62</b> |

Em relação à 2ª instância, os contratos de natureza continuada, relacionados à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS (natureza de despesa 33.90.39), tiveram os últimos quatro meses dos recursos programados suprimidos do orçamento de 2016, e os referentes a PESSOAL TERCEIRIZADO (natureza de despesa 33.90.37) tiveram os últimos três meses cancelados.

No caso dos contratos assinados pelas Unidades da 1ª Instância da JMU, foi suprimido o último mês deste ano dos recursos programados para pagamento de PESSOAL TERCEIRIZADO (natureza de despesa 33.90.37).

Desse modo, os recursos necessários para custear os últimos meses do ano poderão ocorrer por meio de crédito suplementar ou redistribuição dos recursos disponíveis. No caso de insuficiência de recursos orçamentários, os contratos deverão ser reajustados por cancelamento parcial ou suspensão temporária.

Atualmente, não é possível haver novas contratações nem alterações contratuais que onerem os contratos vigentes. Outro risco são as repactuações que já somam R\$ 855.213,00 e não há recursos disponíveis para provê-las.

Em referência ao planejamento estratégico, houve supressão total dos recursos para o exercício de 2016. Entretanto, as dotações podem ser recompostas em virtude de solicitação de crédito suplementar à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a partir do 2º trimestre de 2016.

Em relação ao PJe, há expectativa de recebimento de R\$ 1.900.000,00, aproximadamente, haja vista ser uma ação administrada pelo CNJ.

A primeira previsão para o exercício de 2017 relacionada aos projetos estratégicos é de R\$ 5.800.000,00. Como este valor ainda está em processo de negociação com o Congresso Nacional, poderá sofrer ajustes.

#### AÇÕES ESTRATÉGICAS DA JMU - 2017

| PROJETOS   | VALOR EM 2016       |
|--|---------------------|
| PROJETO PJE - COMISSÃO ESPECIAL GEDAI                                  | 550.000,00          |
| GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS - DIPES                             | 350.000,00          |
| SISTEMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SGA)-DITIN (SIPOC, SILC, SIOF e SCI) | 300.000,00          |
| PARQUE DE DIGITALIZAÇÃO - DITIN  | 100.000,00          |
| REDE DE COMUNICAÇÃO - DITIN/1A INSTÂNCIA                               | 1.250.000,00        |
| MODERNIZAÇÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL - DITIN                           | 1.500.000,00        |
| ARMAZENAMENTO - DITIN  | 300.000,00          |
| SALA SEGURA - DITIN  | 500.000,00          |
| SOLUÇÃO DE IP - DITIN  | 600.000,00          |
| GRAVAÇÃO DE SESSÕES EM ÁUDIO E VÍDEO - SEPLE                           | 350.000,00          |
| <b>TOTALIZAÇÃO</b>   | <b>5.800.000,00</b> |

Concernente às despesas com pessoal, as quais seguem um padrão de execução, foi solicitado um crédito suplementar para pagamento dos 13% no valor de R\$ 33.000.000,00, o qual foi devolvido ao Tribunal com um parecer da AGU por meio da SOF. A Diretoria-Geral do STM já encaminhou resposta e aguarda uma solução para a situação.

Acredita-se que há um impasse devido à atual instabilidade no governo que pode resultar em novas diretrizes orçamentárias.

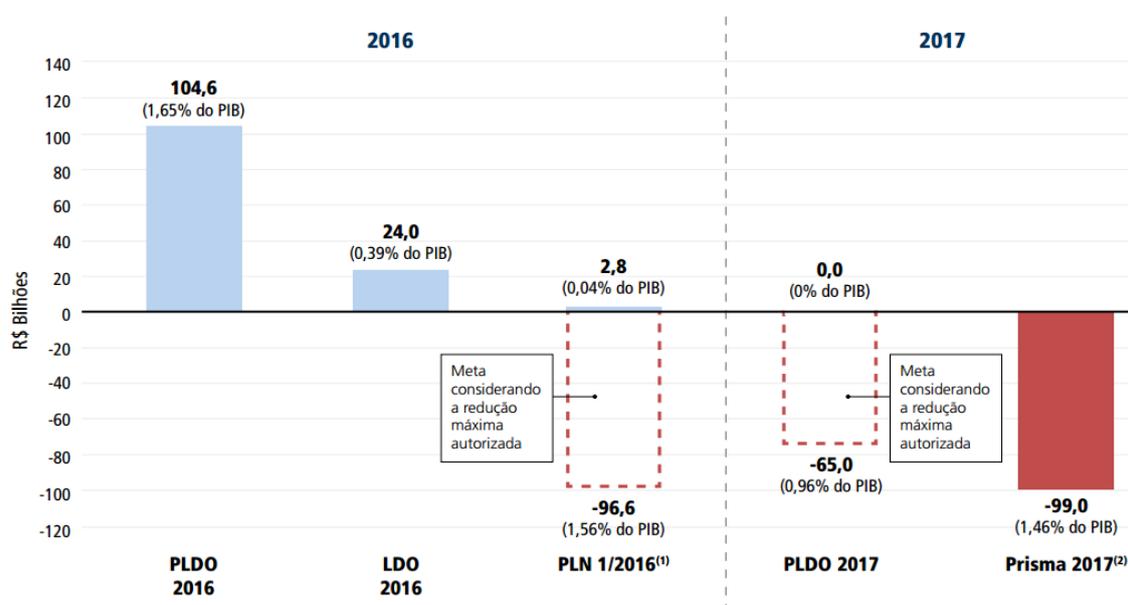
O Secretário de Planejamento apresentou as seguintes propostas para a JMU 2016/2017:

- Manter as recomendações e orientações adotadas no 1º trimestre para o 2º trimestre;
- Não autorizar a inclusão de despesas não programadas no Plano de Ação, assim como não autorizar a ampliação das despesas já programadas;

- Não autorizar a assinatura de novos contratos ou a alteração dos contratos atuais que gerem maiores dispêndios para a Administração;
- Suspender as aquisições de materiais e equipamentos que não comprometam a vida vegetativa da JMU;
- Bloqueio de encargos no SIPOC para emissão de PCMCS com o objetivo de reduzir gastos e gerar recursos para reforço dos contratos vigentes a fim de garantir sua execução até o fim do exercício.

Para 2017, foi apresentada uma projeção do cenário econômico que impactará o orçamento de forma significativa, devido ao PLDO de 2017 já se iniciar com um déficit de R\$ 65 bilhões, conforme gráfico a seguir.

## 1. METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO



<sup>(1)</sup> PLN 1/2016 - Projeto de alteração da LDO 2016 atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

<sup>(2)</sup> Prisma Fiscal é um sistema de coleta de expectativas de mercado mantido pelo MF/SPE relativo às variáveis fiscais.

Diante desse contexto, uma notícia favorável é que o texto do PLOA 2017 retorna à redação anterior do PLOA 2016, encaminhado antes do corte de R\$ 47.000.000,00. Dessa forma, em tese, é possível que a JMU recupere seu orçamento.

### 2.5. PROJETO “GESTÃO DE PROCESSOS” – SECIN

Existe, no âmbito do Controle Interno da JMU, o projeto Gestão do Conhecimento na SECIN. O projeto atende:

- Direcionamentos do CNJ acordados para o Poder Judiciário;
- Recomendações emanadas do TCU;

- Objetivo estratégico da JMU (aperfeiçoamento e modernização da gestão e da estrutura administrativa e das ações de controle).

Entre os direcionamentos do CNJ, merece destaque o Parecer nº 002/2013 com várias recomendações a serem adotadas por cada tribunal:

- “Criar **mecanismos** para a **gestão de informações e do conhecimento**, de forma que os procedimentos sejam manualizados e institucionalizados em cada órgão do poder judiciário, objetivando a criação de uma base de conhecimento que garanta a permanência de transferência de informações.”;
- “Propor **manualização de fluxos/rotinas dos processos de trabalho** para realização das auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações.”;
- “**Divulgar** anualmente aos ministros, desembargadores, juízes, diretores, secretários, coordenadores, chefes de seção e a todos servidores a execução das atividades listadas nas alíneas e.1 a e.4”;
- “Até 30 de outubro de cada ano, plano de **capacitação** para o ano seguinte, de forma que a totalidade dos servidores da unidade seja permanentemente capacitada em eventos internos e externos.”

Assim, o escopo do projeto, iniciado em 2013, sofreu profunda mudança e foi redefinido em 2015, com a necessária parceria técnica da equipe da AGEST, para *“Mapeamento de 10 (dez) processos-chave da SECIN, para gerar base de conhecimento e identificar pontos de melhoria nos procedimentos e normatizá-los, mantendo assim a padronização, organização e tratamento das informações em uma gestão do conhecimento que gere melhoria contínua na execução das atividades na SECIN”*.

#### **PRODUTOS DO PROJETO:**

PRODUTO 1 – Curso de modelagem de processos;

PRODUTO 2 – Identificação dos processos-chave da SECIN;

PRODUTO 3 – Projeto básico para contratação de auxílio para o mapeamento dos projetos da SECIN;

PRODUTO 4 – Mapeamento dos processos chave da SECIN

PRODUTO 5 – Redesenho dos processos da SECIN

PRODUTO 6 – Manuais de processos de auditoria e fiscalização da SECIN

PRODUTO 7 – Atualização dos normativos relativos aos processos otimizados

PRODUTO 8 – Desenho das competências do profissional de C.I.

PRODUTO 9 – Trilha de capacitação para o desenvolvimento do profissional de C.I.

PRODUTO 10 – Atualização da página SECIN

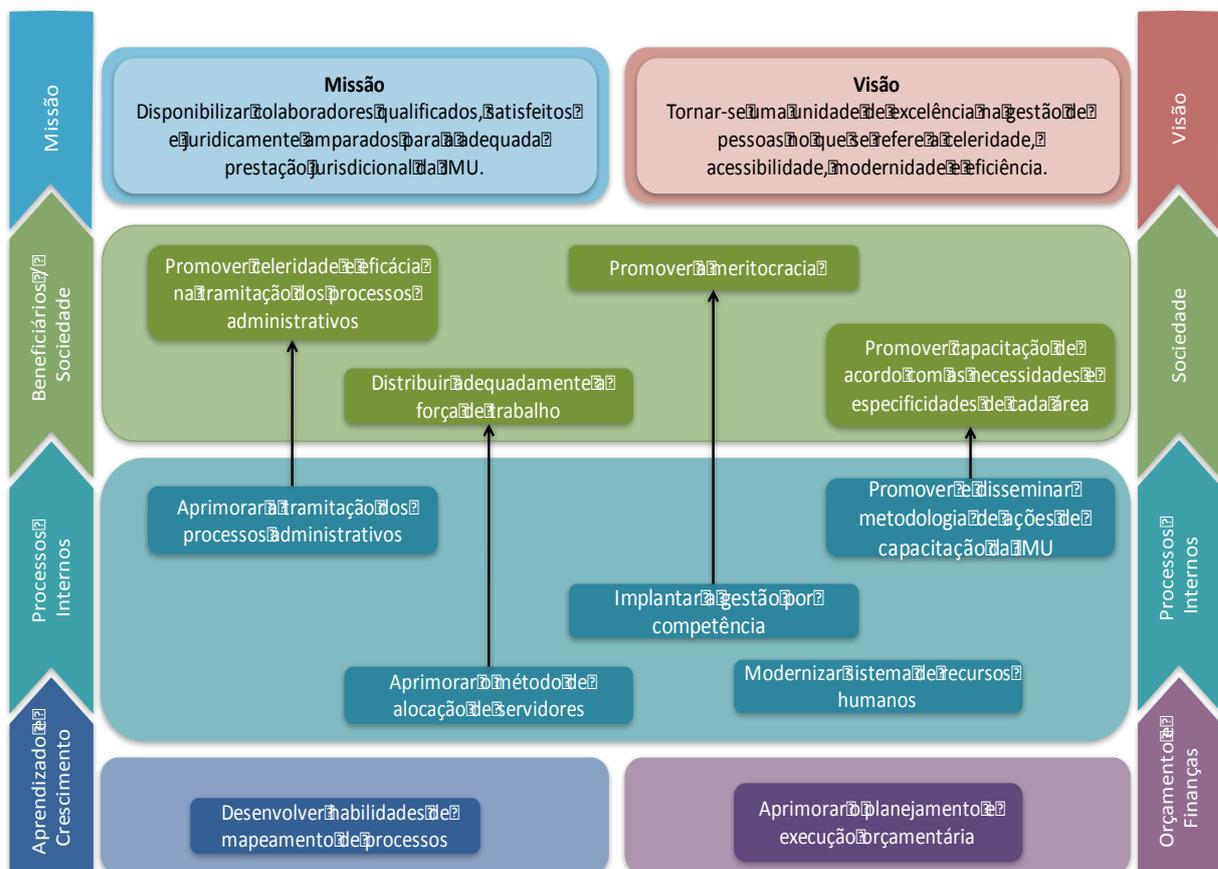
Atualmente, o projeto encontra-se na fase de mapeamento dos processos com previsão de término desta fase, em 16 de dezembro de 2016.

## 2.5. MAPAS TÁTICOS DAS UNIDADES

Os planos táticos operacionais desenvolvidos pelas unidades administrativas no curso de desdobramento do planejamento estratégico, explicitado pelo Assessor da AGEST no item 2.3., foram sinteticamente apresentados no evento pelas unidades DIPES, DIRAD e SEPLA.

A Diretoria de Pessoal, a primeira unidade a apresentar seu plano tático, destacou a necessidade do redimensionamento da força de trabalho, tanto da área administrativa quanto da área finalística, e a Resolução nº 219 do CNJ reafirma essa carência. Portanto, a diretora enfatizou a urgência de um projeto de mapeamento e modelagem de processos que auxiliará na adequada redistribuição da força de trabalho.

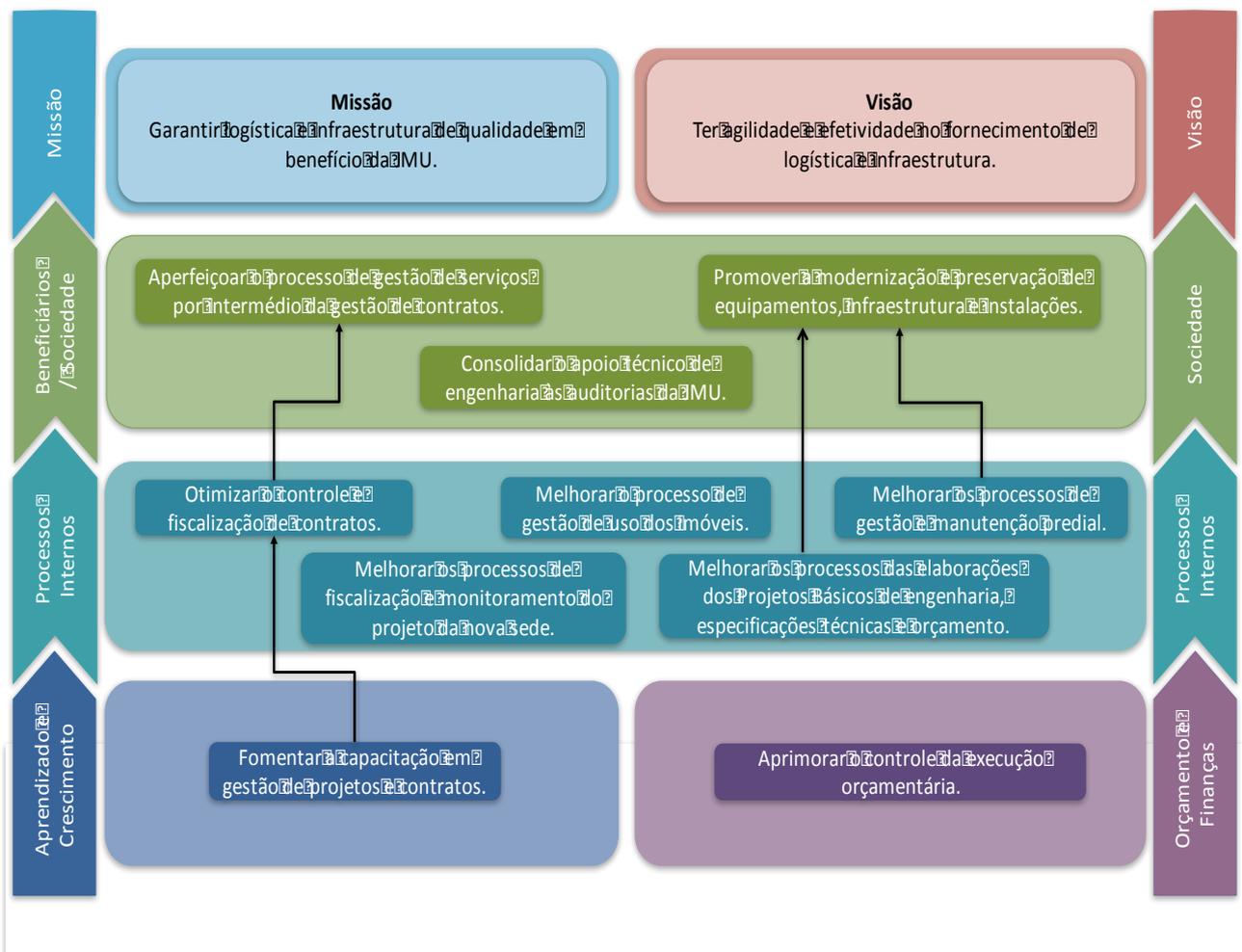
### Mapa Tático: DIPES



A próxima apresentação coube à Diretoria de Administração, que ressaltou a grande dificuldade com os processos de trabalho e a interação com as demais áreas do Tribunal.

A maior relevância é nos processos de trabalho, que é, também, a maior deficiência detectada. Desse modo, a DIRAD é uma forte candidata a realizar um projeto de mapeamento de processos.

## Mapa Tático: DIRAD

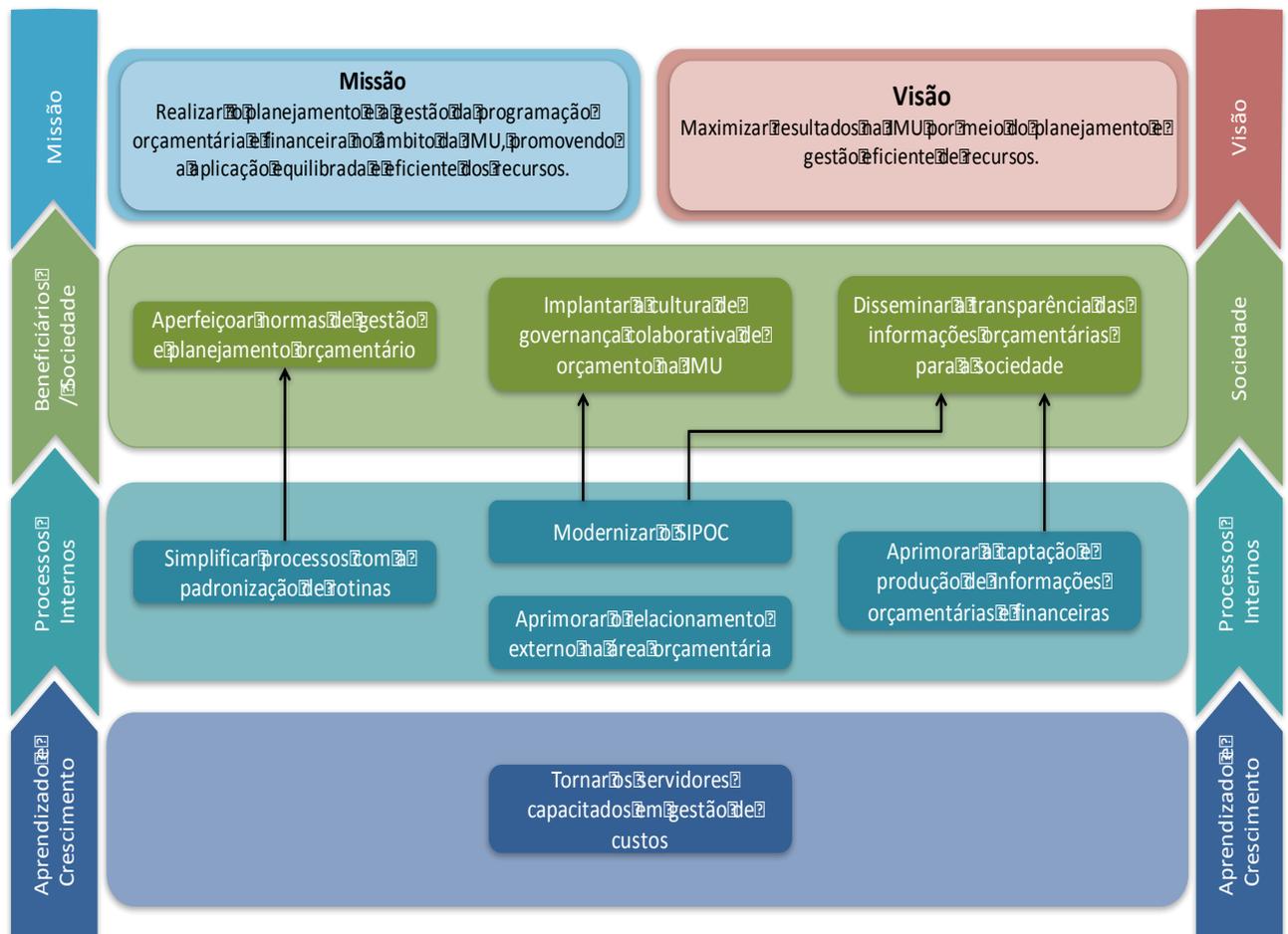


A Secretaria de Planejamento apresentou seu plano tático operacional e deu ênfase à questão da dificuldade que a JMU tem na execução do orçamento que é solicitado, o que compromete os orçamentos futuros. É preciso direcionar os recursos de forma eficiente, a fim de apresentar resultados para subsidiar os novos orçamentos.

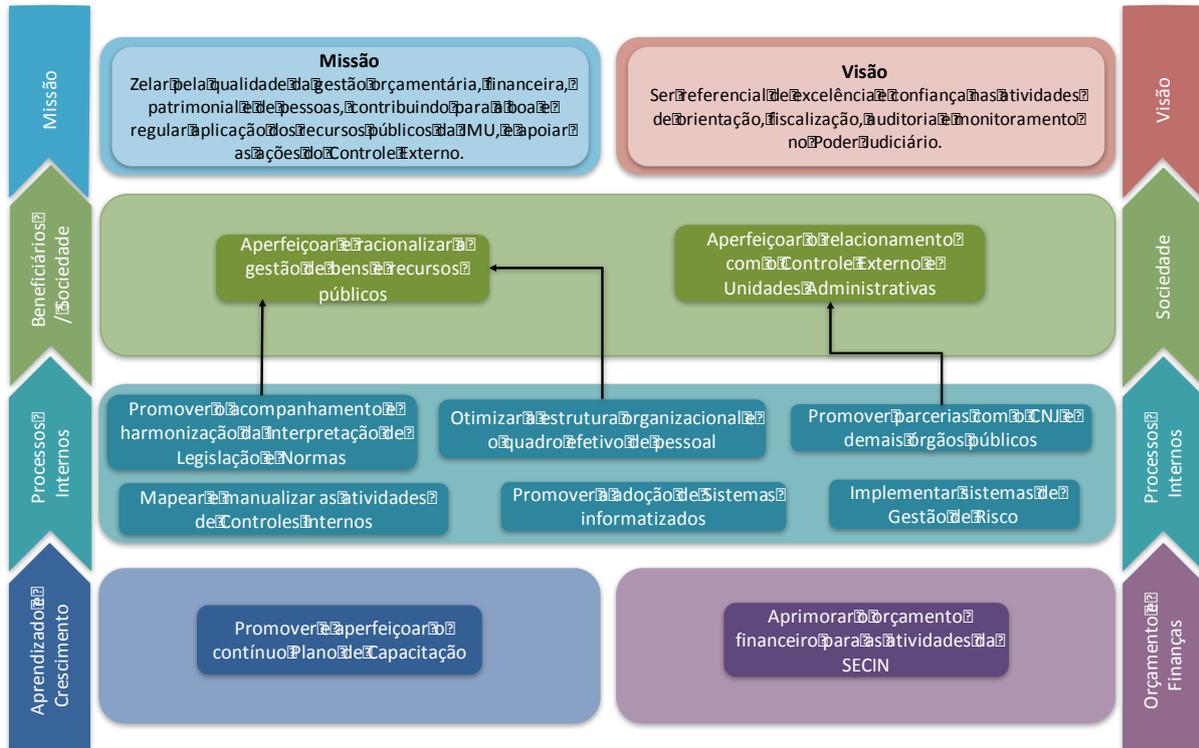
Além disso, existe a demanda para o levantamento dos processos da SEPLA e identificação dos que são críticos a fim de torná-los mais eficientes.

Outro item relevante é o projeto de modernização do SIPOC, que está em andamento desde 2014. Estima-se concluir a fase de planejamento do novo sistema até o final de 2016.

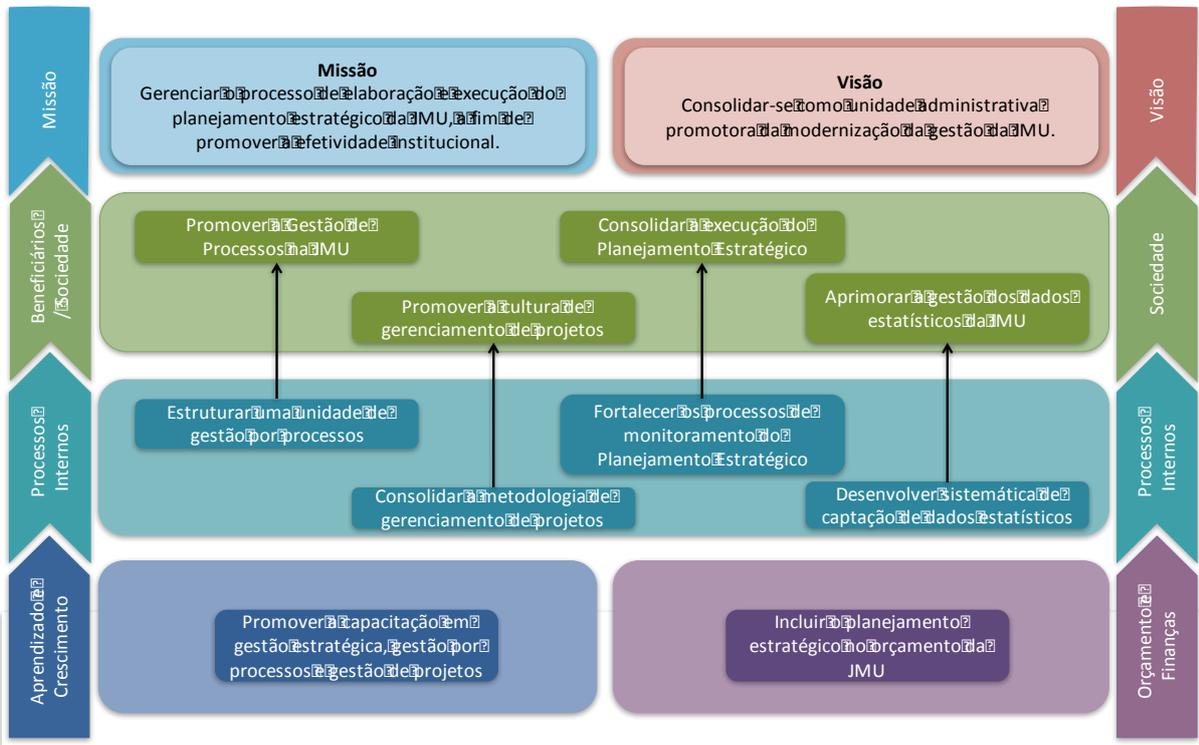
## Mapa Tático: SEPLA



# Mapa Tático: SECIN



# Mapa Tático: JGEST



## 2.6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Diretor de Tecnologia da Informação iniciou a apresentação citando os vários projetos da DITIN e destacando três de grande relevância:

1. GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
2. MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SAM
3. CENTRAL DE ATENDIMENTO

O planejamento estratégico da JMU traz no objetivo 7 (aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação) a estratégia 7.2 “aprimorar a **governança de Tecnologia da Informação**”.

A governança em TIC compreende percepção de valor, alinhamento estratégico, acompanhamento da *performance*, gerenciamento dos recursos (humanos e financeiros) e **gerenciamento de riscos**.

Foi lembrado o Acórdão do TCU (2585/2012), pelo qual é realizado o controle da governança de TI de todos os órgãos da Administração Pública.

### ACÓRDÃO 2585/2012 – TCU

- a) Ao CNJ, ao CNMP, à CGPAR, à SLTI/MP que orientem as instituições sob sua jurisdição para que:
- 9.1.1.2. identifiquem os processos críticos de negócio e designem formalmente os gestores responsáveis pelos sistemas de informação que dão suporte a esses processos, à semelhança das orientações da ABNT NBR ISSO/IEC 38500;
  - 9.1.1.3. definam e formalizem metas de governança, como parte do plano diretor de tecnologia da informação da instituição, baseadas em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes, atentando para as metas legais de cumprimento obrigatório e as orientações da ABNT NBR ISO/IEC 31000;

Foi criada, recentemente, na estrutura da DITIN uma Coordenadoria exclusiva para tratar de governança de TIC. Recentemente, o Diretor-Geral encaminhou um relatório de governança de TIC para o TCU, o que antes era bianual e se tornou anual. O TCU avalia o nível de maturidade da governança de TIC dos órgãos para definir se os recursos da Administração Pública estão sendo bem administrados.

O diretor da DITIN acredita que a JMU está no caminho certo com o aprimoramento dos planejamentos estratégico e tático.

### **2.6.1. GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O projeto de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação traz instrumentos para promoção da governança em TIC e responde diretamente à iniciativa estratégica 7.2.2 que consiste em elaborar e implementar a Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI), incluindo a elaboração do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC), o Plano Diretor de TIC (PDTIC) e o Comitê Gestor Estratégico de TIC.

Esse projeto, se iniciou no 2º semestre de 2014 e foi formalizado na 1ª reunião do Comitê Estratégico de TIC, quando se obteve o comprometimento do Comitê e o auxílio da AGEST na execução do projeto, o que é fundamental para alcançar sucesso.

Outras duas características importantes desse projeto é que ele está sendo executado pela equipe da JMU, com a nossa *expertise*. E, foi criada uma comissão especial para sua elaboração de forma participativa e não apenas no universo da DITIN, mas junto ao próprio comitê e junto aos demandantes de soluções de TIC.

Os principais produtos desse projeto são o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC.

O PETIC traduz as estratégias, a missão, a visão e os objetivos e, por ter essa característica mais estratégica, tem um prazo mais longo, sendo concebido inicialmente para o período de 2015 a 2020. Entretanto, com a edição da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, que trata especificamente de uma política de TIC para o Judiciário, houve necessidade de revisar o plano, o qual foi publicado para o período de 2016 a 2020.

O PDTIC é onde estão representadas as ações e por isso é de prazo mais curto, bianual, 2016-2017.

A elaboração dos planos passou pelas fases de preparação, diagnóstico, planejamento e publicação. Na fase de diagnóstico, a DITIN teve a oportunidade de voltar o olhar para Diretoria a fim de compreender melhor sua capacidade de execução. Além disso, foi realizada a análise ambiental (SWOT) com a participação de todos os integrantes da unidade.

Outro marco foi a elaboração do mapa estratégico e do plano de indicadores e metas, este como forma de mensurar as ações estratégicas.

Em relação ao PDTIC, na fase de diagnóstico foram levantadas todas as demandas (106 projetos) e foram definidos critérios de priorização. Pretende-se publicar um painel de acompanhamento das ações a fim de dar transparência aos demandantes.

No âmbito do PETIC e do PDTIC, a figura do Comitê Estratégico exerce o importante papel de priorizar as demandas mais importantes.

Dessa forma, as ações foram tipificadas, sendo chamadas de projetos: projetos de sistemas, projetos de infraestrutura, projetos de processos e projetos de pessoas.

O próximo passo é dar maior publicidade às ações estratégicas para que todos conheçam a forma de priorização desses projetos.

### 2.6.2. MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SAM

O SAM é um sistema central formado por um conjunto de sistemas que tem por objetivo promover a gestão da área judicante e que coleta, trata e dissemina as informações para todos os sistemas interagentes.

Quando é realizado qualquer tipo de modernização no SAM, é necessário realizar também a modernização desses outros sistemas. Por isso, a abrangência desse projeto é bastante extensa.

O Tribunal criou, em 2013, um grupo de trabalho para a 1ª instância e outro para a 2ª instância com o objetivo de definir o que deveria ser modernizado no SAM.

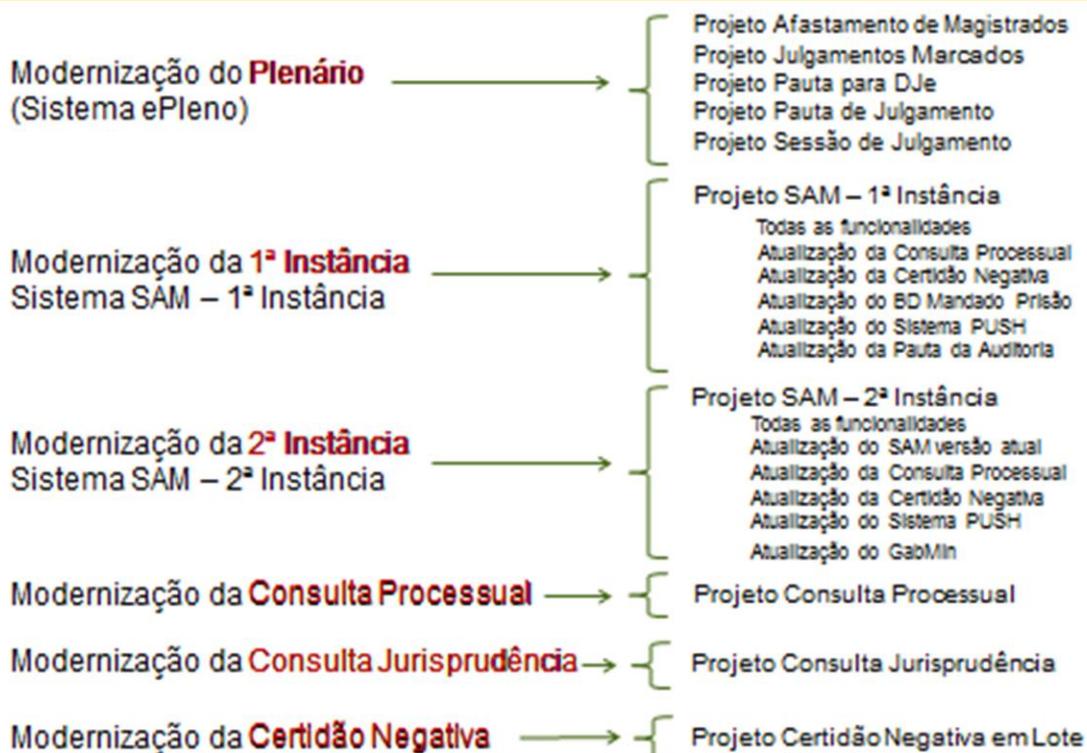
O projeto está alinhado à iniciativa estratégica 7.3.1 que consiste em elaborar e implementar programa para o aperfeiçoamento do SAM, considerando as necessidades indicadas por seus usuários.



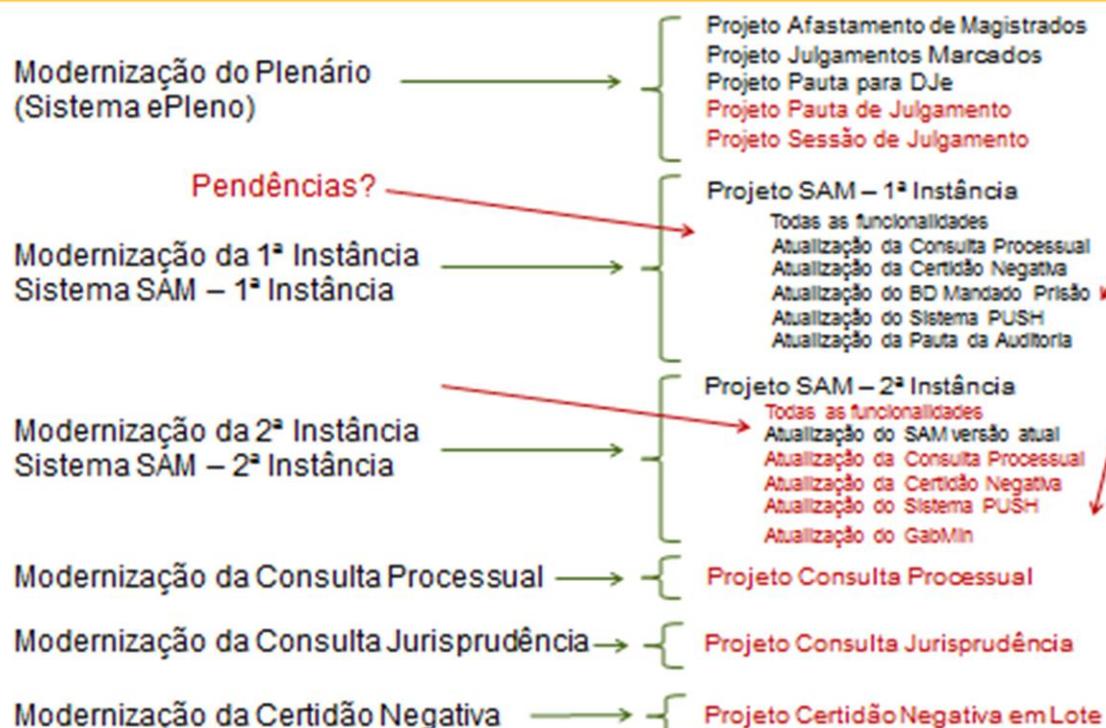
Após análise da DITIN, concluiu-se que o projeto era muito extenso para ser tratado apenas como um projeto. Dessa forma, foi transformado em um programa e subdividido em 10 projetos a fim de atender todas as áreas envolvidas na atividade fim.

Atualmente, estão representados nos quadros a seguir os projetos que foram executados (em preto) e os que estão iniciando a execução a partir desse ano (em vermelho).

► **MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SAM**  
 ► **VISÃO GERAL DO PROGRAMA E DOS PROJETOS**



► **MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SAM**  
 ► **PROJETOS EXECUTADOS**



## ► MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SAM

### ► PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

Modernização do Plenário  
(Sistema ePleno)

Ganhos maiores com a Pauta e a Sessão  
Celeridade

Projeto Afastamento de Magistrados  
Projeto Julgamentos Marcados  
Projeto Pauta para DJe

Modernização da 1ª Instância  
Sistema SAM – 1ª Instância

Sistema acessado através de Web  
Inclusão de CP e PEP  
Distribuição automática de feitos  
Histórico de participação dos magistrados  
Visualização na íntegra de documentos

Projeto SAM – 1ª Instância  
Todas as funcionalidades  
Atualização da Consulta Processual  
Atualização da Certidão Negativa  
Atualização do BD Mandado Prisão  
Atualização do Sistema PUSH  
Atualização da Pauta da Auditoria

Modernização da 2ª Instância  
Sistema SAM – 2ª Instância

Funcionalidades atualizadas para a gestão de SEJUD

Projeto SAM – 2ª Instância  
Atualização do SAM versão atual

## ► MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SAM

### ► PRÓXIMOS PASSOS

Modernização do Plenário  
(Sistema ePleno)

Projeto Pauta de Julgamento  
PDTIC 06/16

Projeto Sessão de Julgamento  
PDTIC 2017

Modernização da 2ª Instância  
Sistema SAM – 2ª Instância

Projeto SAM – 2ª Instância  
PDTIC 05/16 a 02/17

Modernização da Consulta Processual

Projeto Consulta Processual  
PDTIC 06/16

Modernização da Consulta Jurisprudência

Projeto Consulta Jurisprudência  
PDTIC 2017

Modernização da Certidão Negativa

Projeto Certidão Negativa em Lote  
PDTIC 2017

### **2.6.3. CENTRAL DE ATENDIMENTO**

O projeto atende à Iniciativa 7.1.1 que consiste em “elaborar e implementar programa de modernização do serviço de atendimento ao usuário de tecnologia da informação, implantando novas ferramentas e o atendimento no conceito *service desk*.”

Há 10 anos, em 2006, os atendimentos totalizavam 10.000 por mês. Em 2016, estima-se realizar 12.000 atendimentos. A dependência da informática é cada vez maior e nos últimos anos houve um acréscimo do número de servidores e colaboradores. Portanto, foi preciso mudar o modelo de atendimento para suportar a demanda e gerar maior eficiência. Além disso, era preciso alinhar o modelo de atendimento com a governança de TI.

Esse projeto teve início em 2014 com as seguintes premissas:

1. Adotar as boas práticas adotadas no mercado;
2. Utilizar soluções já consolidadas em outros órgãos públicos;
3. Atender às legislações dos órgãos de controle.

Foi contratado o 1º nível de atendimento (ramal 444), que oferece uma solução rápida ao usuário por meio de orientações ou por acesso remoto à máquina. Esse tipo de abordagem permite atender também às Auditorias, o que não era possível anteriormente.

O 2º nível de atendimento (presencial), o qual já era realizado, trouxe uma novidade com o atendimento proativo, apelidado de ronda, pelo qual uma vez por semana um técnico visita algumas unidades e faz esse atendimento antecipado.

No Termo de Referência foi exigida uma ferramenta robusta para o controle dos incidentes de TI, o que contribuiu efetivamente para o aprimoramento da qualidade no atendimento.

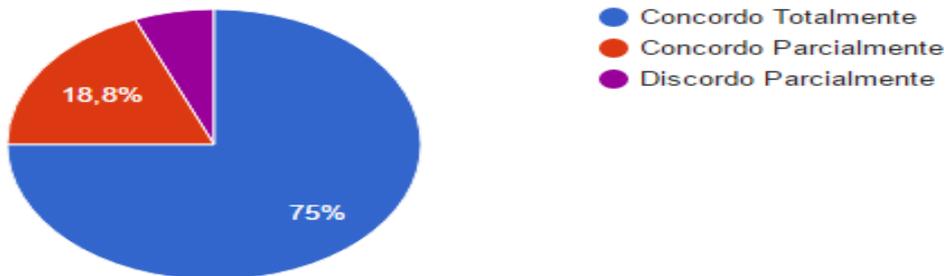
Para mensurar a qualidade no atendimento prestado pela empresa, foram estabelecidos indicadores de qualidade que são medidos mensalmente, os quais quando não são atendidos implicam em sanção à contratada. Além dos indicadores, são utilizadas pesquisas de satisfação para avaliar a eficiência desse atendimento.

### **2.7. ENCERRAMENTO DA RAE**

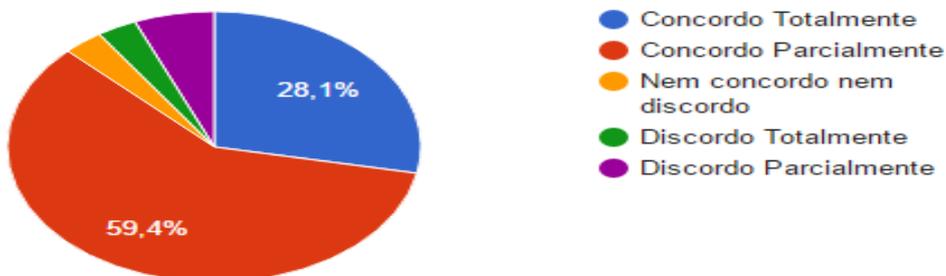
O Exmo. Sr. Ministro Presidente encerrou a reunião e destacou a recente Resolução nº 219 do CNJ, que trata da distribuição de pessoal para a área fim, a importância do projeto de videoconferência e, por fim, a preocupação com a possibilidade de redução dos terceirizados devido à continuidade das restrições orçamentárias no segundo semestre.

### 3. PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

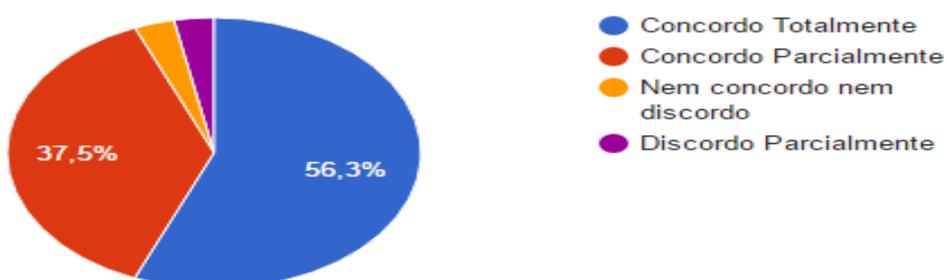
O Tribunal e suas Unidades carecem de gestão por processos, a qual prevê, principalmente, o mapeamento, a análise e a melhoria das rotinas de trabalho.



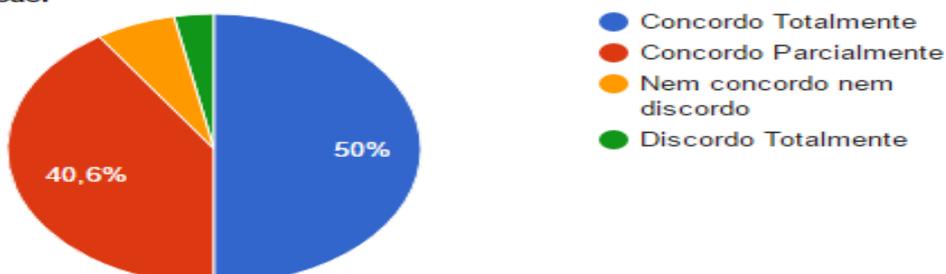
Os papéis e ações de cada unidade na execução da estratégia são efetivamente comunicados e compreendidos pelos integrantes de sua unidade.



As metas nacionais e as metas específicas divulgadas pelo CNJ contribuem para uma gestão mais eficiente do Poder Judiciário.



Conheço a metodologia de gerenciamento de projetos adotada pela JMU e a reputo imprescindível para aumentar a eficácia na execução das ações estratégicas.



## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1. ORÇAMENTO X PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A supressão total dos recursos orçamentários previstos para os projetos relacionados ao planejamento estratégico em 2016, fruto da corte orçamentários sofrido pela JMU, sem dúvida trará um atraso no desenvolvimento dos mesmos e no alcance das metas estabelecidas, com prejuízo nas ações de melhoria da gestão da JMU.

Os projetos e ações estratégicas são de extrema importância para aperfeiçoar o gerenciamento institucional da JMU, haja vista todos os benefícios que traz para a organização:

- Redução de custos;
- Melhor aproveitamento dos recursos orçamentários;
- Maior celeridade dos processos de trabalho;
- Integração entre as áreas;
- Melhor aproveitamento do tempo;
- Maior facilidade na tomada de decisões;
- Mais qualidade dos serviços;
- Entre outros.
- 

### 4.2. GESTÃO POR PROCESSOS

Durante as apresentações das Unidades na RAE, principalmente nas apresentações dos planos táticos operacionais, foi constatada por mais de um gestor a necessidade urgente de uma iniciativa de mapeamento, análise e melhoria de processos de trabalho.

A Diretoria de Pessoal, por exemplo, depende dessa iniciativa como subsídio para o projeto de redimensionamento da força de trabalho, que é base para cumprir a Resolução nº 219 do CNJ, a qual dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.

A gestão por processos já é uma realidade no Poder Judiciário desde 2011, quando o **CNJ** editou a **Meta 8**, que estabelecia: *implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando a implementação do processo administrativo eletrônico*. Desde então, todos os Tribunais Superiores vêm buscando implementar a gestão por processos, buscando assim um maior grau de maturidade gerencial.

### 4.3. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO - PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Em relação à análise do resultado da pesquisa, infere-se que:

Item 1 – é o item de maior concordância, portanto fica clara a necessidade de implantação da gestão por processos no Tribunal.

Item 2 – são necessários maiores esforços, principalmente dos gestores, na comunicação das ações estratégicas de cada Unidade aos seus respectivos servidores. De acordo com a pesquisa, apenas 28,1% dos entrevistados tem total compreensão do papel da sua Unidade na estratégia da organização.

Item 3 – Apesar de a maioria concordar que as metas estabelecidas pelo CNJ são importantes e contribuem para uma gestão mais eficiente, é importante fomentar o debate relacionado a essa contribuição.

Item 4 – A maioria dos gestores reconhece a importância da metodologia de projetos, entretanto deve-se dar maior publicidade a essa sistemática a fim de alcançar um maior índice de aplicabilidade.

#### **4.4. REDE DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO**

O CNJ cobra empenho dos tribunais no fortalecimento do primeiro grau, pois reputa ser medida imprescindível à tempestiva, adequada e efetiva prestação jurisdicional. Dentro desse aspecto, após o ato normativo de criação da rede e da designação dos participantes do comitê gestor, o próximo passo será a elaboração de um plano de ação para priorização do primeiro grau, o qual deverá ser aprovado pelo ministro presidente e remetido ao CNJ.

Brasília-DF, 14 de junho de 2016

Elaborado por: Ingrid Vellenich  
Analista Judiciária

Revisado por: Arlete Alves Machado Rodrigues  
Chefe da Seção de Projetos  
Escritório Corporativo de Projetos

Aprovado por: Sergio Peinado Mingorance  
Assessor da Presidência  
Assessoria de Gestão Estratégica